

**ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS /** Moraes determina à Administração Penitenciária do DF que avalie se há necessidade de transferir ex-secretário para o hospital do presídio. Segundo alegação da defesa, laudo psiquiátrico aponta risco de suicídio

# Torres pode ir para a Papuda

» RENATO SOUZA  
» PABLO GIOVANNI

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal (Seape-DF) que avalie se há necessidade de transferir o ex-secretário de Segurança Pública do DF e ex-ministro da Justiça Anderson Torres para um hospital do Complexo Penitenciário da Papuda.

Moraes apresentou duas possibilidades: a permanência de Torres no 4º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), no Guarã, dando as condições necessárias para garantir a saúde do ex-secretário, ou a transferência dele para a Papuda. Ao **Correio**, o titular da Seape, Wenderson Souza e Teles, afirmou que ainda não tinha recebido a demanda do ministro. E preferiu não se manifestar. Ele terá de responder ao magistrado em 48 horas.

A decisão de Moraes ocorreu após a manifestação da defesa de Torres de que um laudo psiquiátrico, emitido pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF), aponta risco de suicídio do cliente. Conforme os advogados, o ex-secretário está extremamente deprimido, emagreceu mais de 10kg e tem tomado medicação forte para se manter equilibrado.

Torres está preso preventivamente desde 14 de janeiro, suspeito de omissão dolosa — quando há a intenção — nos atos golpistas de 8 de janeiro na Praça dos Três Poderes. Desde então, tem recebido a visita apenas da esposa e dos advogados. No batalhão da PM, ele tem direito a ocupar uma sala do Estado-Maior, por ser delegado federal, conta com acomodações confortáveis e televisão. Além disso, pode receber alimentação externa.

## Negativa

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, negou habeas corpus para Torres. A defesa do ex-secretário entrou com pedido de liberdade sob a alegação de que o estado de saúde do cliente

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Anderson Torres está preso preventivamente por ordem do Supremo: ex-secretário teve mais um pedido de habeas corpus negado

## Memória

### Nada de habeas corpus

Na quarta-feira, a defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres pediu habeas corpus para o cliente ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Os advogados alegaram, na solicitação, que o ex-integrante do governo Bolsonaro teve uma “crise de ansiedade” no Batalhão de Polícia Militar em Brasília, onde está preso há mais de 100 dias.

Segundo a defesa, Torres “chorou de forma compulsiva, relatando enorme saudade de seus

familiares, em especial de suas filhas, expondo palavras e ideias sem nexos, e expôs seu desânimo com a manutenção de sua vida”. O pedido era para que o cliente obtivesse liberdade provisória, admitindo ser submetido a medidas cautelares alternativas, ou ser colocado em prisão domiciliar. Moraes, no entanto, negou o pedido.

No último dia 20, o magistrado já havia negado um primeiro habeas corpus, que contava com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR).

é delicado. Além disso, afirmou que Moraes não analisou os argumentos apresentados em um pedido anterior de habeas corpus (leia Memória).

Os advogados sustentaram que houve “negativa de prestação

jurisdicional, uma vez que a autoridade impetrada não examinou os argumentos defensivos”. No entanto, para Barroso, a jurisprudência do Supremo é clara ao determinar que não existe a possibilidade de habeas corpus



O STF tem uma jurisprudência consolidada, no sentido da inadequação do habeas corpus para impugnar ato de Ministro, Turma ou do Plenário”

Luís Roberto Barroso, ministro da Corte

Turma ou do Plenário do Tribunal”, escreveu ele, ao negar a solicitação.

## Pedido

Um grupo de senadores, liderados por Rogério Marinho (PL-RN), pediu a Moraes autorização para visitar Torres. No documento enviado à Corte, os parlamentares afirmam que a intenção é avaliar as condições de saúde do detento.

“Trata-se do ofício encaminhado pelo senador Rogério Marinho e outros, por meio do qual requerem “por razões humanitárias, considerando o decurso de 65 dias da reclusão do investigado (Anderson Torres) sem que tenha recebido visitas, solicitamos que Vossa Excelência considere deferir o presente pedido”, destaca um trecho do documento.

O magistrado determinou que a defesa do ex-ministro se manifeste, em até cinco dias, se concorda com a visita.

## Senhas erradas para a PF

A defesa do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres alegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, devido ao estado de saúde, o cliente se equivocou ao fornecer senhas erradas para a Polícia Federal. “À vista das informações prestadas pela psiquiatra da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, que dão conta da gravidade do quadro psíquico do requerente, e dos medicamentos que lhe foram (e estão sendo) ministrados, é possível que as senhas tenham sido fornecidas equivocadamente, dado o seu grau de comprometimento cognitivo”, sustentam os advogados.

## Intimação

As declarações são em resposta à ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STF, para que a defesa explicasse, em até 48 horas, a entrega de senhas falsas à PF. Torres foi preso após voltar de viagem aos Estados Unidos sob suspeita de participação nos atos golpistas de 8 de janeiro. Enquanto ainda estava fora do Brasil, informou à PF que perdeu o aparelho celular. Depois, entregou aos investigadores as senhas da nuvem do seu aparelho. De acordo com a PF, no entanto, nenhuma senha funcionou.

“Diante da informação prestada pela Polícia Federal, no sentido de que se constatou que nenhuma das senhas fornecidas estava correta, o que inviabilizou a extração dos dados armazenados no serviço de nuvem de Anderson Gustavo Torres, intimem-se os advogados regularmente constituídos para que, no prazo de 48 horas, prestem esclarecimentos sobre as informações da autoridade policial”, diz a decisão do magistrado. (RS, PG, com Agência Estado)

# Abin enviou alertas sobre atentados

» RENATO SOUZA  
» ÁNDREA MALCHER  
» VÍCTOR CORREIA

Documentos sigilosos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) registram que, na manhã de 8 de janeiro, horas antes dos ataques golpistas aos Três Poderes, o então ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Gonçalves Dias, recebeu o primeiro alerta sobre a iminência de violência na área central de Brasília. A comunicação foi feita para o celular do general, às 8h53, por meio de aplicativo de mensagens.

O relatório, revelado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, indica que G.Dias, como é conhecido, teria recebido uma mensagem informando que cerca de 100 ônibus haviam chegado a Brasília para “os atos previstos na Esplanada”.

Esse alerta foi exclusivo para o então ministro-chefe do GSI, diferentemente de outros informes, também enviados por aplicativo, desde o dia 6, a pelo menos 13 outros órgãos, incluindo a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Um segundo alerta foi mandado, às 9h, para a Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), ao G.Dias e a órgãos do DF, destacando o “incremento significativo no número de barracas” no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército. “Estacionamento da Catedral Rainha da Paz lotado, com manifestantes fazendo churrasco e

acompanhando a missa na igreja”, informou a Abin.

Às 10h, a agência enviou duas mensagens a todas as autoridades que acompanhavam o desenrolar dos fatos, reforçando que continuavam as “convocações e incitações para deslocamento até a Esplanada dos Ministérios, ocupações de prédios públicos e ações violentas”.

Cerca de três horas e meia depois, a Abin avisava que pessoas que alegavam estar armadas se faziam presentes, quando Fernando de Sousa Oliveira, secretário de Segurança Pública do DF em exercício e número dois do então secretário, Anderson Torres, mandou uma mensagem de voz para o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB).

No áudio, ele dizia que estava “tudo tranquilo” e que os bolsonaristas haviam “topado” caminhar até a Esplanada dos Ministérios de forma “pacífica, organizada, controlada”. A mensagem que foi repassada ao ministro da Justiça, Flávio Dino.

Quando os ataques aos prédios dos Três Poderes já estavam em curso, às 16h43, Ibaneis afirmou a Dino que precisaria do Exército, possivelmente recorrendo à Garantia da Lei e da Ordem (GLO) — algo descartado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro.

## Rodovias

Conforme os documentos, além dos alertas a G.Dias desde o dia 6 de janeiro, a Abin vinha

Ed Alves/CB/ D.A Press



Nos ataques golpistas de 8 de janeiro, extremistas depredaram prédios dos Três Poderes

reportando a sete órgãos federais o risco de ataques — resultantes da insatisfação com o resultado da eleição de 2022 — em rodovias e capitais. Os avisos foram para o Centro de Inteligência do Exército, o Centro de Inteligência da Marinha, a Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesa, a Diretoria de Inteligência do MJSP, a Agência

Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A partir do dia 6, entraram nos informes da agência o GSI, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e órgãos do governo do DF, como as polícias Militar e Civil e a Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de

Segurança Pública.

Procurado pelo **Correio**, o Ministério da Justiça e Segurança Pública negou que tenha recebido os alertas. A pasta alegou, em nota, que “nenhum dos dirigentes da nova gestão do ministério foi convidado a adentrar grupo de WhatsApp gerenciado pela Abin para receber relatórios sobre golpistas e criminosos que

## » Conteúdo restrito

O ministro interino do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Ricardo Cappelli, criticou, ontem, o repasse de informes de inteligência por aplicativos de mensagens. Segundo ele, “não é adequado” que as informações sensíveis sejam veiculadas em aplicativos controlados por empresas privadas, de nações estrangeiras. “Não se trata de xenofobismo nem conspiracionismo. Estamos tratando de soberania nacional”, escreveu nas redes sociais.

atuaram no dia 8 de janeiro”.

O ministério acrescentou que “sobre a Força Nacional, sua atuação efetiva só é possível após a anuência do governo local, conforme decidido pelo STF (Supremo Tribunal Federal)”. A pasta alegou, também, que repassou ao governo do Distrito Federal os avisos que recebeu por parte da Polícia Federal.

“As informações oriundas da Polícia Federal, que o MJSP recebeu na noite do dia 7 de janeiro, foram imediatamente repassadas ao Governo do Distrito Federal, órgão que, segundo a Constituição Federal e as leis, detém a competência exclusiva para fazer o policiamento ostensivo na Esplanada dos Ministérios”, destaca o texto. A reportagem não conseguiu contato com o general G.Dias.